

Sind.

MRG/DRT-PR
46318.002198/2011-54
18/08/2011
<i>Comunicação</i>

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR039297/2011

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTERESTUR ANEXOS MGA, CNPJ n. 79.147.450/0001-61, localizado (a) à Rua Arthur Thomas, 930, Terreo, Zona 01, Maringá/PR, CEP 87.013-250, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **RONALDO JOSÉ DA SILVA**, CPF n. 240.343.209-15, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 15/06/2011 no município de Maringá/PR;

E

CIDADE VERDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA, CNPJ n. 72.073.117/0001-06, localizado (a) à Avenida Monteiro Lobato, 473, Zona 08, Maringá/PR, CEP 87.050-280, representado(a), neste ato, por seu Administrador, Sr(a). **ARMANDO ROBERTO JACOMELLI**, CPF n. 017.530.808-00;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR039297/2011, na data de 01/08/2011, às 10:29:15.

1 de agosto de 2011.


RONALDO JOSÉ DA SILVA
 Presidente

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTERESTUR ANEXOS MGA


ARMANDO ROBERTO JACOMELLI
 Administrador
CIDADE VERDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003375/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/08/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR039297/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46318.002198/2011-54
DATA DO PROTOCOLO: 18/08/2011

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador>.

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE POR TERMINAIS INTERMEDIÁRIOS ANEXOS MGA, CNPJ n. 79.147.450/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr (a). RONALDO JOSE DA SILVA;

E

CIDADE VERDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA, CNPJ n. 72.073.117/0001-06, neste ato representado(a) por seu Administrador, Sr(a). ARMANDO ROBERTO JACOMELLI;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de junho de 2011 a 30 de abril de 2012 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) O presente acordo coletivo de trabalho é celebrado nos termos do artigo 613 da CLT e do artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal e abrange todos os empregados da empresa, inclusive os novos admitidos, integrantes da categoria, associados ou não, cujo prazo de vigência ocorrerá no período de 01 de junho de 2011 a 30 de abril de 2012. PARÁGRAFO ÚNICO: Para as futuras negociações, de comum acordo, as partes pactuam nova data base, do mês de Junho para o mês de Maio, para os fins de estipularem condições de trabalho no âmbito da empresa, nos termos do art. 611, § 1º da CLT. , com abrangência territorial em Maringá/PR.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

A partir 01 de agosto de 2010, ficam garantidos pisos salariais, mensais, aos empregados que exercem a função de Motorista de ônibus; Motorista de Microônibus; bem como piso

mínimo aos empregados de outras funções, a saber:

- **Motorista de ônibus:**.....R\$ **1.386,00** (um mil, trezentos e oitenta e seis reais);
- **Motorista de micro-ônibus:**.....R\$ **1.067,00** (um mil e sessenta e sete reais);
- **Piso mínimo aos empregados de outras funções:**.....R\$ **726,00** (setecentos e vinte e seis reais), por mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos demais empregados de outras funções, serão garantidos reajustes salariais, a partir de 01 de junho de 2011, no percentual negociado de **10% (dez por cento)**, sobre o salário do mês de agosto de 2010.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Nos termos da Portaria do Mtb n.º 3.281, de 07/12/84, faculta-se à empresa, efetuar pagamentos de salários e outros valores devidos aos empregados em conta bancária, que será efetuado em conta individualizada a seu favor, ficando livre o saque, quer seja nos caixas no período de atendimento das agências, ou nos caixas eletrônicos em qualquer horário, através do cartão magnético.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS

Nos termos do parágrafo 1º do art. 462 da CLT, poderá a empresa descontar de seus empregados em folha de pagamento ou na rescisão de contrato de trabalho, os valores correspondentes aos danos causados contra seu patrimônio ou de terceiros, por sua conduta culposa ou dolosa, devidamente apurada administrativamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além dos descontos previstos no caput desta cláusula, faculta-se à empresa, nos termos do Enunciado 342 do TST, efetuar descontos na folha de pagamento ou no termo de rescisão de contrato de trabalho dos empregados, das parcelas relativas a mensalidades destinadas à manutenção da associação dos empregados, empréstimos e débitos de convênios mantidos com a Associação dos empregados, ou diretamente com a empresa, tais como exemplificadante e não exaustivamente: supermercados, farmácias, livrarias, açougues, sacolão, postos de combustíveis, loja de calçados, loja de materiais esportivos, seguro de vida em grupo, mensalidade dos planos de saúde Unimed e Santa Casa Saúde, convênios médico/hospitalar, inclusive os mantidos pelo Sindicato, multas por infrações do Código Brasileiro de Trânsito, taxa de reversão salarial, mensalidade para custeio do Sindicato/ASTROPAR (Associação dos Trabalhadores em Transporte do Estado do Paraná) e outros convênios que venham beneficiar aos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos da lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003, ficam autorizados os descontos em folhas de pagamentos, dos financiamentos e operações de arrendamentos mercantis, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, (empréstimo consignado), aos empregados e sem que se haja nestes descontos solicitados, qualquer responsabilidade solidária da empresa, ao empregado ou à instituição financeira.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - POLÍTICA SALARIAL

Caso venha ocorrer alteração na política salarial, que atualmente é a de livre negociação, os salários contratuais previstos na cláusula anterior, nortear-se-ão, pelas regras que vierem a ser estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - HORISTAS

As partes pactuam a possibilidade de contratação de empregados para exercer exclusivamente as funções de Motorista de ônibus, com remuneração por hora trabalhada, de acordo com a necessidade das escalas, estabelecendo-se que estas poderão ser inferior à jornada de 7:20 (sete e vinte) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerando a possibilidade da prestação de serviços com jornada reduzida, permite-se aos empregados horistas a existência de outro vínculo empregatício, com outro empregador, desde que em horários não conflitantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A modalidade de contrato por hora, prevista no caput desta cláusula, não se equipara, com outra modalidade já existente, qual seja a de mensalistas, na mesma categoria profissional, para todos os efeitos legais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE****CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

Nas atividades em que ocorrer exposição do empregado às áreas de riscos, conforme art. 193 da CLT, o adicional previsto no parágrafo primeiro do mesmo artigo, incidirá proporcionalmente ao tempo de exposição ao próprio risco, nos termos da súmula nº 364, inciso II, do TST.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tempo de exposição previsto no caput desta cláusula não poderá ultrapassar a 30 (trinta) minutos diários, para o pagamento proporcional do adicional de periculosidade.

OUTROS ADICIONAIS**CLÁUSULA NONA - UNIFORME**

A empresa concederá gratuita e anualmente aos seus empregados, motoristas e fiscais, 03 (três) camisas, 02 (duas) calças e 01 (uma) gravata, a título de uniforme, cujo padrão é de conhecimento das partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos novos empregados admitidos, no curso do contrato de experiência, serão concedidos a título de uniformes, 02 (duas) calças, 02 (duas) camisas e 01 (uma) gravata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em havendo rescisão contratual dentro do período experimental, por iniciativa de quaisquer das partes, o empregado devolverá os respectivos uniformes e fora dele, o último jogo, sob pena de ressarcir a empresa com o valor dos mesmos, nas verbas rescisórias.

COMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA - COMISSÕES

Tendo em vista o disposto na Cláusula Quinta, as partes pactuam que o motorista efetuará a cobrança da passagem daqueles passageiros que não portam ou não dispõem do Cartão Passe Fácil ou do bilhete magnético *edmonson*, ou seja, daqueles que pagam em dinheiro, a EMPRESA pagará comissão ao motorista em face da execução desse trabalho, mesmo considerando que essa atividade não configura dupla função e que será exercida tão somente durante a jornada normal de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Tendo em vista a maior facilidade para o cálculo da comissão, a EMPRESA se compromete a pagar a citada verba, calculando-a sobre o valor relativo a todos os passageiros pagantes transportados no horário sob a responsabilidade do motorista, não incidindo, portanto, sobre aqueles passageiros que viajam sem efetuar o pagamento da passagem, como idosos, deficientes e demais beneficiários da gratuidade no transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A comissão supramencionada, na forma do disposto no parágrafo segundo da presente cláusula, consistirá no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor equivalente às passagens dos passageiros pagantes que forem transportados no ônibus durante a jornada de trabalho do motorista, ficando garantido o teto mínimo de **R\$ 120,00** (cento e vinte reais), quando seu montante não atingir este valor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMISSÕES LINHAS URBANAS

A partir de 01 de junho de 2007, aos motoristas que efetuarem cobrança de passagens, nas linhas urbanas da cidade de Sarandi, fica garantido o pagamento de comissão no equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor das passagens dos passageiros pagantes, excluindo, portanto, àqueles usuários que viajam sem efetuar o pagamento das passagens, como: idosos, deficientes e demais beneficiários da gratuidade no transporte, ficando garantido o teto mínimo de **R\$ 120,00** (cento e vinte reais) quando seu montante não atingir este valor.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESTA BÁSICA

Durante a vigência do presente acordo, a empresa concederá mensalmente a todos os seus EMPREGADOS, uma cesta básica, que não terá natureza salarial, composta dos seguintes produtos:

- Arroz *agulhinha*, 10 quilos; - feijão *carioca*, 04 quilos; - sal refinado, 01 quilo; - farinha de trigo *especial*, 03 quilos; - açúcar *crystal*, 05 quilos; - fubá, 01 quilo; - café *moído*, 500 gramas - farinha de *mandioca*, 500 gramas; - macarrão *sêmola espaguete*, 01 quilo; - macarrão *sêmola parafuso*, 1,5 quilos; extrato de *tomate*, 02 unidades de 140 gramas cada; - óleo de *soja*, 05 latas de 900 ml cada; 01 pacote de *balas gama* 160g; 02 pacotes de *biscoito recheado* de 140g; 01 milho *verde*, 200g; 01 *ervilha*, 200g; 01 *sardinha em lata*, 130g.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados desligados por quaisquer motivos, no curso do mês, não terão direito à cesta básica prevista no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados afastados de suas atividades, com contrato de trabalho suspenso, por motivo de doença, farão jus ao recebimento da cesta básica prevista no caput desta cláusula, até o limite de 01 (um) ano de afastamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que estiverem com seus contratos de trabalho suspenso ou interrompido, por motivos não mencionados no parágrafo anterior, não farão jus ao recebimento da cesta básica, prevista no caput desta cláusula.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

Em substituição ao vale transporte, a empresa concederá livre trânsito a todos os seus EMPREGADOS nos veículos de sua frota, para os fins específicos de se deslocarem de suas residências ao trabalho e do trabalho às suas residências, sem caráter salarial, estando ou não uniformizados, desde que apresentem seus crachás de identificação funcional, podendo ocupar os assentos quando disponíveis, reservando-os para os demais passageiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa manterá convênio com as empresa: Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda, concessionária dos serviços de transporte urbano da cidade de Maringá, a fim de conceder livre trânsito nos veículos de sua frota, aos empregados da empresa Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda, em substituição ao vale transporte, podendo ocupar os assentos quando disponíveis, reservando-os para os demais passageiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para concessão deste benefício, o funcionário deverá apresentar o crachá de identificação (passe livre) nos ônibus da citada empresa e em caso de extravio, reserva-se à empresa o direito de desconto do empregado, quer seja em folha de pagamento ou em rescisão de contratual, o equivalente a **R\$ 50,00** (cinquenta reais).

PARÁGRAFO TERCEIRO: O funcionário que se afastar de suas atividades profissionais, por quaisquer motivos, ficará impedido de utilizar o crachá de identificação funcional nos ônibus, para os fins de transporte gratuito, devendo devolvê-lo no momento do afastamento.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa custeará as despesas decorrentes do funeral de seus empregados, limitado a um salário contratual da função exercida pelo mesmo.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA

Faculta-se à empresa instituir, em favor de seus empregados, seguro de vida, fixando-se o capital, em caso de morte natural, no equivalente a 20 (vinte) pisos salariais e em caso de morte acidental, no equivalente a 40 (quarenta) pisos salariais, limitado ao teto de cobertura previsto na apólice.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A opção acima referida é de livre e espontânea vontade do empregado, podendo este inclusive pedir sua exclusão a qualquer tempo da vigência do seguro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente acordado que o empregado, se optar pelo seguro de vida em grupo, consignado no caput da presente cláusula, arcará com 30% (trinta por cento) do custo mensal do seguro, autorizando por este instrumento o respectivo desconto em seus vencimentos salariais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No período em que houver a suspensão do contrato de trabalho, por quaisquer motivos, de imediato, o empregado será excluído da apólice de seguro. Entretanto, caso o empregado queira dar continuidade no pagamento das mensalidades, com as mesmas coberturas previstas no caput desta cláusula, deverá comunicar a empresa nos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento.

PARÁGRAFO QUARTO: No período em que houver interrupção do contrato de trabalho, por quaisquer motivos, decorridos os primeiros 30 (trinta) dias de afastamento, o empregado deverá comunicar a empresa, seu interesse em dar continuidade no pagamento do seguro de vida, caso contrário, a critério da empresa, o seguro será cancelado.

PARÁGRAFO QUINTO: Na hipótese de aposentadoria por invalidez, o seguro de vida será cancelado de imediato.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO DE CONTRATO

Os salários e as verbas oriundas da rescisão contratual deverão ser pagas conforme o disposto no parágrafo 6º do art. 477 da CLT. O não comparecimento do empregado na data aprazada para o recebimento das referidas verbas, eximirá a empresa do pagamento da multa prevista no § 8º do mesmo artigo, ficando, porém, a empresa compromissada a comunicar o fato de imediato ao sindicato de sua base territorial.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECRUTAMENTO

Na ocorrência de vagas no quadro de empregados, a empresa procurará dar preferência de ocupação aos seus próprios empregados, com capacidade profissional e que preencham os demais requisitos do cargo, como forma de estímulo e progresso do pessoal já empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O critério para seleção dos candidatos será pela capacidade técnica já existente, a assiduidade e o tempo de serviço na empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Antes da efetiva promoção, o funcionário passará por um treinamento na condição de estagiário no novo cargo, sem majoração ou equiparação salarial, para aprimorar a capacidade técnica desejada, cuja duração será de acordo com o desenvolvimento de cada treinando, limitado ao prazo máximo de 06 (seis) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Cumprido o prazo previsto no parágrafo anterior e independente de qualquer aviso antecedente, não reunindo as condições exigidas para promoção, será garantido o retorno à função de origem, sem qualquer direito do empregado reclamar diferença salarial ou qualquer outra vantagem.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - UTILIZAÇÃO DE CARTÕES

Fica terminantemente proibido, o motorista utilizar cartões que não seja o específico, para a liberação da catraca aos usuários, haja vista, inclusive, a diferença do valor da tarifa, entre os usuários que pagam em dinheiro diretamente ao motorista e aqueles que compram antecipadamente seus créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMERCIALIZAÇÃO DE BILHETES

Aos empregados que no exercício de suas atividades profissionais, executam cobranças de passagens dos usuários, não são permitidas as aquisições de bilhetes e/ou cartões passe-fácil, (vale transporte, estudante ou quaisquer outros tipos), em valores inferiores ao da tarifa cobrada e comercializá-los no exercício de suas funções, colando-os e apresentando-os na prestação de seus caixas, ou utilizando-os como troco a usuários e apropriando-se da diferença, sob pena de rescisão contratual, por justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Nos termos da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Novo Código de Trânsito Brasileiro, e as infrações nele tipificadas, os empregados que exercem a função de Motorista, têm por obrigação funcional conhecer e obedecer rigorosamente todas as normas ou regras nele contidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de aplicação de multas por infração às normas de trânsito, instituídas pelo município ou estado, emitidas em nome da empresa, fica esta autorizada a informar ao DETRAN o nome do condutor infrator, no prazo estabelecido no § 7º do Art. 257 do Código Brasileiro de Trânsito, ficando o empregado responsável pelo ressarcimento do valor da multa, qualquer que seja a sua gravidade, autorizando o desconto do valor correspondente, quer seja em folha de pagamento ou em rescisão de contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo a hipótese de suspensão temporária ou até a cassação do documento de habilitação, as partes contratantes reconhecem que a manutenção do emprego do motorista fica totalmente inviabilizada pelo que, pactuam expressamente, seja a dispensa, nesses casos, realizadas nos termos do art. 482 da CLT, mesmo que as infrações tenham sido cometidas fora do horário de seu trabalho, ficando facultado ao empregado a opção de solicitar a sua dispensa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na ocorrência da situação acima (suspensão ou cassação da **CNH**), caberá ao motorista, imediatamente à ocorrência, comunicar o fato, por escrito, à empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - BAFÔMETRO

Tendo por objetivo a política de prevenção de acidentes, inclusive, do trabalho, bem como a segurança no trânsito com vistas aos usuários, a empresa adotará o uso do aparelho de



medição de teor alcoólico no sangue (bafômetro), junto aos empregados da empresa, antes e durante a jornada de trabalho, esporádica e aleatoriamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para adoção da providência acautelatória de segurança, prevista no caput desta cláusula, a medida será executada pela empresa com toda a discricão, em recinto apropriado e por EMPREGADOS especializados do setor de segurança da empresa, assinalando-se o resultado em documento próprio, com os dados do funcionário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente ressalvado que o referido procedimento sob as condições acima indicadas, não caracteriza nenhuma ofensa ao direito da personalidade do obreiro, com vistas à eventual pedidos indenizatórios por danos materiais e morais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Sendo constatado nível alcoólico acima do permitido pelo Código Brasileiro de Trânsito ou normas legais, o empregado será automaticamente afastado do trabalho e ficará sujeito às penalidades administrativas e até a dispensa por justa causa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATIVIDADE DO MOTORISTA

As partes signatárias reconhecem que faz parte da função do motorista de ônibus ou de micro-ônibus, dentre outras, efetuarem a cobrança das passagens dos usuários, pelo que pactuam que a cobrança de passagens por parte do motorista será executada dentro da sua jornada normal de trabalho e em nenhuma hipótese caracterizará a ocorrência de dupla função.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - MONITOR TREINAMENTO

Os empregados que se habilitarem na condição de monitor de treinamento na empresa, quando convocados poderão exercer suas atividades, ora como multiplicador de informações, ora no exercício de sua função de origem, de acordo com as necessidades da empresa, sem a caracterização de exercício de dupla função, mesmo na condição de prestação de serviços para outras empresas do mesmo grupo econômico.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por iniciativa de quaisquer das partes, o monitor de treinamento poderá retornar a exercer somente a função de origem, sem que haja qualquer vantagem a ser sustentada pela empresa.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FECHAMENTO DE PONTO

Fica estabelecido que o período de anotação do trabalho nos cartões de pontos, para os fins de cálculo de horas extras, adicional noturno, feriados trabalhados e quaisquer outras parcelas salariais variáveis, será do dia 21 de um mês até o dia 20 do mês seguinte, face à necessidade de maior tempo para a elaboração da folha de pagamento.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada normal de trabalho dos empregados será de 7:20 (sete e vinte) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ficando acordado que os **motoristas**, terão suas jornadas laborais conforme a tabela de horários das linhas, já de seus prévios conhecimentos, não se caracterizando tempo à disposição do empregador a eventual chegada no local de trabalho, antes do horário constante da referida tabela, uma vez que os ônibus já se encontram limpos, abastecidos e prontos para o início da jornada.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ACORDO DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Fica autorizada no curso do período mensal de anotação do ponto (entre 21 de um mês e 20 do mês seguinte), a celebração concomitante de acordo de prorrogação e de compensação de jornada de trabalho, nos termos do Art. 59 e seu parágrafo 2º da CLT, sem a fixação de horários, face às peculiaridades das atividades desenvolvidas pelos motoristas e demais funcionários da área operacional, tudo conforme homologação sindical.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a empresa não faça a compensação integral das horas extras, com a devida diminuição em outro dia, no período de fechamento do cartão de ponto, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, deverá efetuar o pagamento das horas não compensadas, com o devido adicional de 50%.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os demais empregados, da área de manutenção e administração, a empresa poderá ser dispensada do pagamento das horas extras, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período de 90 (noventa) dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas (Lei 9.601/98).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a empresa não faça a compensação integral das horas extras, com a devida diminuição em outro dia, no período estabelecido no parágrafo anterior, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, deverá efetuar o pagamento das horas não compensadas, com o devido adicional de 50%.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AMPLIAÇÃO DE INTERVALO

Fica expressamente convencionado na forma do art. 71 caput da CLT, a ampliação do intervalo para descanso intra-jornada (repouso ou alimentação) de trabalho em até **5:40** (cinco horas e quarenta minutos), de acordo com a escala de horário de trabalho pré-fixada e de conhecimento antecipado dos empregados, usufruindo o tempo de intervalo com ampla liberdade e como melhor lhe convier, não se considerando tempo de trabalho efetivo, nem à disposição do empregador, mesmo se eventualmente gozado nas dependências da empresa.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Nos termos do Artigo 6º da lei 605, de 05 de janeiro de 1949, não será devida a remuneração quando, sem motivo justificado, o empregado não tiver trabalhado durante toda a semana anterior, não cumprindo integralmente o seu horário de trabalho. São motivos justificadores de ausência aqueles definidos no artigo 6º da Lei 605/49, em seus parágrafos primeiro, letra "a" a "f" e segundo, bem como a licença paternidade de 5 (cinco) dias corridos, nos termos do artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal.

CONTROLE DA JORNADA**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS**

Em razão das peculiaridades dos serviços de transporte coletivo de passageiros urbanos, no cumprimento das tabelas de horários definidas pelo poder concedente, estas poderão servir de meio alternativo de controle de jornada de trabalho dos Motoristas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os fins de apontamento do cartão de ponto dos motoristas, as tabelas de horários deverão contemplar o tempo necessário, desde a preparação do veículo no pátio da empresa, (verificação de existência de avarias e abertura de serviços), até o recolhimento do veículo no pátio da empresa, (estacionamento no portão de entrada da garagem), bem como o tempo necessário para o acerto de caixas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As escalas de trabalho extraídas das tabelas de horários estarão sempre disponíveis aos funcionários, nos terminais de consulta (garagem da empresa e terminal urbano), para os fins de conferência da jornada de trabalho cumprida e transportada para o cartão de ponto. Assim, o cartão gerado com base nas tabelas de horários cumpridas e assinado pelo funcionário, passará a valer para os efeitos de controle de ponto e para geração da folha de pagamento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA VARIÁVEL**

Em razão das peculiaridades do serviço essencial de transporte coletivo de passageiros, os empregados ficam sujeitos ao cumprimento de jornadas de trabalho variadas, mas antecipadamente avisadas, não se caracterizando, por isso, em qualquer hipótese, a jornada de trabalho de 6 (seis) horas, conforme disposto no art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DO MENOR

Nos termos do art. 413, inciso I, da CLT, fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho do menor, desde que o excesso de horas de um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**EXAMES MÉDICOS**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EXAME DEMISSIONAL

Nos termos do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, NR 7 do Mtb, itens 7.4.3.5 e 7.4.3.5.2, fica acordado entre as partes, a prorrogação do prazo de dispensa da realização do exame médico demissional de 90 dias para até 180 dias, após a data da realização do último exame médico periódico ou de retorno às atividades, em caso de afastamento por auxílio doença.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS**

Os atestados médicos fornecidos por médicos do SUS, de empresas privadas especializadas, instituições públicas e sindicatos, que mantenham contrato e/ou convênios com a Previdência Social, com objetivo de justificar faltas ao serviço por doenças até 15 (quinze) dias, devem atender aos seguintes requisitos:

- a) constar o tempo de afastamento concedido ao segurado, por extenso e numericamente;
- b) conter a assinatura do médico sobre carimbo, no qual conste o nome completo e registro no respectivo conselho profissional;
- c) as datas de atendimento, início da dispensa e emissão do atestado não poderão ser retroativas e deverão ser coincidentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Face à existência do SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho) na empresa, os atestados médicos apresentados, em atendimento aos requisitos previstos no caput desta cláusula, passarão pelo crivo do Médico do Trabalho da empresa, para análise e aceitação ou não do mesmo.

RELAÇÕES SINDICAIS**LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA DIRETORES DO SINDICATO**

A empresa assumirá o ônus do salário contratual correspondente aos dias em que os diretores do sindicato representativo da categoria profissional, não licenciados, forem devidamente convocados por escrito para prestarem serviços junto à entidade, limitando-se a 30 (trinta) dias por ano.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica ajustada a possibilidade de ampliação do limite de 30 (trinta) para no máximo 60 (sessenta) dias, de acordo com a necessidade devidamente comprovada.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Os trabalhadores beneficiados por este instrumento normativo, aprovado mediante assembléia geral da entidade profissional, contribuirão com valor equivalente a 01 (um) dia do salário base, no mês de novembro de 2011, excluídas, portanto, todas e quaisquer outras parcelas componentes da contraprestação, a título de **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**,

NOS TERMOS DO ARTIGO 8º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os trabalhadores serão cientificados da realização do desconto, reservando aos mesmos, o direito de oposição, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência do desconto, mediante requerimento escrito de próprio punho dirigido ao sindicato, exceto àqueles sindicalizados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em havendo recusa no recebimento da carta de oposição pelo sindicato, fica estabelecida a possibilidade de remetê-la pelo correio, com **AR.**

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregador suspenderá o desconto, mediante recebimento da cópia de oposição entregue no Sindicato ou com o aviso de recebimento do correio.

PARÁGRAFO QUARTO: O sindicato profissional deverá encaminhar com a necessária antecedência, guia competente, cabendo a empresa proceder ao recolhimento devido até o dia 15 (quinze) do mês de dezembro de 2011.

DISPOSIÇÕES GERAIS

REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - PRORROGAÇÃO

A prorrogação, revisão total ou parcial dos dispositivos do presente acordo será processada na forma estabelecida em lei, ficando, porém, estabelecido que 60 (sessenta) dias antes do término do presente as partes iniciarão as negociações para eventual renovação.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPETÊNCIA DE FORO

Os casos omissos e dúvidas da aplicação do presente acordo serão preliminarmente resolvidos entre as partes signatárias, com seus representantes legais e na impossibilidade de uma solução, necessitando de interferência judicial, elegem de comum acordo o foro desta comarca de Maringá, com renúncia expressa aos demais por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente acordo na presença de testemunhas abaixo assinadas em 04 (cinco) vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhadas ao órgão competente para homologação e registro.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - OUTRAS CONVENÇÕES/ACORDOS

Fica ajustado que as Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, celebrados por ele isoladamente ou em conjunto com outros Sindicatos Profissionais, com o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, **(RODOPAR)** Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais de Maringá, **(RODOMAR)**, Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Paraná **(FETROPASSAGEIROS)**, Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Maringá **(SETCAMAR)**, ou outros Sindicatos Patronais da mesma categoria econômica, aplicável ao

Transporte Coletivo Metropolitano, Urbano e Transportes de Cargas não são extensivas e nem obrigam a empresa Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda, a cumprir suas regras em virtude do presente Acordo Coletivo de Trabalho de aplicação específica às partes signatárias.

RONALDO JOSE DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM
EMPRESAS DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA

ARMANDO ROBERTO JACOMELLI
ADMINISTRADOR
CIDADE VERDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

